

A “grande sociedade” de Cameron, aguada pelo casamento homossexual

De 15 de março a 14 de junho, os cidadãos da Inglaterra e País de Gales podem pronunciar-se através de uma consulta via *web* sobre a proposta de David Cameron de legalizar o casamento homossexual. A plataforma independente Westminster 2010 denuncia que a consulta é simbólica, pois pergunta “como” querem levar a cabo a regulamentação e não se estão a favor ou contra. Este *modus operandi* não parece ser coerente com o ideal da “grande sociedade” (que se traduz em mais poder cívico e em menos ingerência estatal).

Cameron apresentou-se sempre perante a opinião pública como um firme defensor dos “valores familiares”. Mas esta expressão, na boca do primeiro-ministro britânico, pode significar uma coisa e a sua contrária.

Na sociedade pró-família imaginada por Cameron, é possível reafirmar o valor do casamento como sempre foi entendido e, simultaneamente, redefini-lo, para que seja também a união de dois homens ou de duas mulheres.

Cameron anunciou pela primeira vez a sua intenção de transformar o casamento quando já estava no poder. “Nós conservadores”, disse em outubro de 2011, “acreditamos nos vínculos que nos unem; no facto de a sociedade ser mais forte quando assumimos compromissos e nos apoiamos uns aos outros. Por isso, não apoio o casamento homossexual apesar de ser conservador. Apoio o casamento homossexual porque sou conservador”.

Este discurso é coerente com o empenho de Cameron em desenhar um conservadorismo renovado e considera que, para o conseguir, deve adotar uma medida que alguns consideram como progressista.

É o que se explica num editorial do “Daily Telegraph”. Num momento em que nada obriga Cameron a tomar esta decisão, o primeiro-ministro teria assumido a bandeira de legalizar o casamento homossexual como “um caminho útil para deixar claro que o seu partido se modernizou, ao mesmo tempo que expressa a sua vontade de romper com aqueles que encara como conservadores retrógrados”.

Etiqueta de progressista

Brendan O’Neill, diretor da revista “Spiked”, denuncia num *blog* do “Daily Telegraph”, a tendência atual para utilizar o casamento homossexual de forma a credenciar um suposto progressismo. É surpreendente, diz, a velocidade com que o casamento homossexual passou de “uma preocupação que afetava unicamente uma minoria, para se converter na primeira das modernas guerras culturais”.

“Isto sugere que o casamento homossexual constitui mais uma ferramenta da elite do que uma solicitação popular. (...) A classe política e os meios de comunicação social têm abraçado com entusiasmo esta causa para demonstrar os seus valores liberais e cosmopolitas. Apoiar o casamento homossexual é hoje um caminho rápido para mostrar a própria superioridade sobre a população”.

Para O’Neill, o uso do casamento homossexual como plataforma a partir da qual proclamar ao mundo uma sensibilidade requintada, é precisamente o que estaria a levar a desqualificar os discordantes. Aqueles que afirmam que o casamento só pode ser a união entre um homem e uma mulher “não são simples reacionários ou mentes erradas, mas pessoas moralmente suspeitas e mesmo más”.

Contudo, a abordagem conservadora-progressista revela-se insuficiente para abordar a transformação do casamento. Acrescenta o “Daily Telegraph” no editorial mencionado: “Além de despertar paixões em ambos os lados do debate, a proposta está cheia de consequências imprevisíveis.

Também levanta incógnitas profundas que afetam em pleno a nossa sociedade: como criamos os nossos filhos, que família une e que valores promovemos”.

Se Cameron queria favorecer o compromisso conjugal e as relações estáveis (como assegura querer fazer com a legalização do casamento homossexual), podia ter escutado as recomendações dos seus próprios especialistas. O *think tank* The Center for Social Justice publicou vários relatórios onde mostra, a partir das conclusões das ciências sociais, porque é melhor apoiar o casamento de sempre, em vez de outras formas de convivência.

Também os bispos católicos preveniram contra esta experiência. Numa carta pastoral lida nas paróquias no domingo 11 de março, advertem contra as consequências que isso teria: “A lei contribui para configurar os valores sociais. Uma mudança na lei acabaria necessariamente por transformar nas pessoas o modo de entender a finalidade do casamento”.

Dez razões para não transformar o casamento

A proposta de Cameron fez com que a plataforma Westminster 2010 tenha reagido. Pensada para defender as opções dos cristãos em questões relativas à vida e à família, esta plataforma cívica expõe dez razões para não legalizar o casamento homossexual na Grã-Bretanha. Sintetizo o que me parece mais relevante de cada argumento:

1. O casamento entre homem e mulher é uma instituição social, não uma invenção que o Estado pode moldar em função dos desejos de um coletivo. “Não está nas mãos dos governos redefinir o casamento, mas simplesmente reconhecê-lo para aquilo que serve, e promovê-lo e protegê-lo como a instituição única que é”.

2. Desde que entrou em vigor no ano de 2004 o Civil Partnership Act, as uniões do mesmo sexo têm os mesmos direitos a que o casamento dá acesso (mais de 20.000 homossexuais disfrutam já destes benefícios). Daí não ser necessário redefinir o casamento para o conjunto da sociedade.

3. Cameron não incluiu no seu programa eleitoral a decisão de legalizar o casamento homossexual. Além disso, a consulta que oferece agora às populações inglesas e galesas é puramente formal, pois não lhes é perguntado “se” deveria aprovar-se ou não, mas “como” fazê-lo.

4. A igualdade não é uniformidade. Numa sociedade livre, aceitamos pacificamente que há uma série de atividades que nem todos nós podemos realizar. Por exemplo: os homens não podem participar nas corridas de 100 metros femininos, nem os menores beber álcool, votar ou conduzir. Mas isso não significa menosprezo para ninguém; simplesmente não reúnem as condições necessárias.

5. Dado que nenhuma outra forma de convivência proporciona a mesma estabilidade que os casamentos formados por um pai e uma mãe envolvidos na educação dos seus filhos, as políticas sociais têm de promover o casamento igualitário como um bem social para crianças e adultos.

6. O referido anteriormente não se cumpre naquelas formas de convivência onde a relação biológica complementar entre homem e mulher – que pressupõe “a ligação natural entre intimidade sexual e procriação” – é substituída pelas técnicas de reprodução assistida. A proposta de Cameron elimina essa

diferença específica que traz o casamento e aumenta o risco de que prolifere “o número de famílias nas quais se confunde a identidade biológica, social e familiar”.

7. Redefinir o casamento seria complexo e caro. Entre outras coisas, porque fará confusão com o regime legal das uniões civis registadas (homossexuais ou não). Calcula-se que o custo de implementar o casamento homossexual na Grã-Bretanha rondaria os 5.000 milhões de libras.

8. Ao mudar a definição legal do casamento, as escolas ver-se-ão obrigadas a ensinar às crianças que o casamento pode realizar-se entre um homem e uma mulher, entre dois homens ou entre duas mulheres. “Isto pode confundir as crianças cujos pais desejam formá-las de acordo com os seus próprios valores e a sua visão do mundo. Aqueles pais que forem objetores a essa definição, podem ver-se desautorizados aos olhos dos seus filhos, estigmatizados como homofóbicos e impedidos de participar plenamente nas escolas”.

9. Se a definição legal do casamento pode ser mudada em função dos desejos do coletivo homossexual, nada impede que outros coletivos como os polígamos ou os “poliamorosos” exijam o mesmo para satisfazer os seus interesses.

10. Redefinir o casamento poderia levar a discriminações baseadas na fé, e a vulnerabilizar os direitos de consciência de indivíduos e organizações que não estão de acordo com o casamento homossexual. Por exemplo, exigir às agências de adoção católicas que aceitem uniões homossexuais.

J.M.

A “violência estrutural” no aborto

As palavras que o ministro da Justiça espanhol, Alberto Ruiz-Gallardón, pronunciou sobre a “violência de género estrutural” que empurra muitas mulheres a abortar, estavam destinadas a gerar polémica. Em poucos temas, o discurso politicamente correto se blindou tanto contra a dúvida como no aborto. Qualquer sugestão de crítica dá azo a uma reação colérica.

Isto levou a que, frequentemente, o avanço em “direitos reprodutivos” da mulher se tenha produzido à custa de uma mutilação do debate público, uma espécie de censura por consenso que aproveita a força dos factos consumados. O discurso oficial sobre o aborto apresenta um curioso exemplo de como se podem evitar em simultâneo os argumentos racionais, sociológicos e científicos e, apesar disso, sair reforçado na argumentação. Talvez que parte do dogmatismo do “direito a abortar” se baseie precisamente nesta equidistância (no que diz) em relação a todo o tipo de argumentos; uma estranha confusão de fatores emocionais,

sociológicos e científicos que parece proporcionar um apoio suficiente aos defensores da “liberdade de escolha”.

O aborto não entende de igualdade

Nas argumentações *pro-choice*, destaca-se a escassa atenção que se costuma prestar ao papel pouco igualitário do homem no aborto. Numa entrevista para o forumlibertas.com, Esperanza Puente – porta-voz da AVA, Asociación de Víctimas del Aborto – salientava que “se deixa tudo nas mãos da mulher. Não interessa alargar esta responsabilidade ao homem e, além disso, ninguém quer reivindicá-lo”. A associação de que Puente é porta-voz – ela própria abortou um dia e conhece em pessoa o contexto sociocultural do aborto – elaborou em 2005 um estudo sobre as razões que levam as mulheres a abortar.

Segundo os resultados dos inquéritos realizados a quase 3.000 mulheres que tinham abortado, o motivo mais frequente foi o medo que se rompesse a relação com o parceiro. Em muitos casos, o medo era baseado numa ameaça expressa do homem neste sentido. Concretamente, 87% das inquiridas salientaram o “abandono emocional e/ou físico do seu parceiro” como a causa principal do aborto, e 71% reconheceram ter sofrido algum tipo de “chantagem emocional”.

Outras formas de pressão

Outro tipo de pressão tem a sua origem na própria família ou na sociedade, a começar pelos círculos mais próximos de amigos. 85% das inquiridas menores de idade salientaram terem sofrido a pressão dos seus pais para abortarem. Por outro lado, apesar de a maternidade enquanto solteiras ser cada vez mais comum, 58% declararam ter sentido medo pelo “juízo social” que a sua decisão de ter o filho pudesse acarretar.

Às pressões sociais deve acrescentar-se a laboral: “travão do desenvolvimento laboral”, “ameaça de despedimento” ou “dificuldades para encontrar um emprego estável sendo grávida ou com um filho recém-nascido” são fatores que 74% das inquiridas referiram como determinantes na sua decisão.

Por último, 99,7% das mulheres a cujos filhos foi diagnosticada alguma malformação (3% dos casos do estudo) declararam ter recebido o conselho do seu ginecologista como uma forte pressão para abortar.

Para lá das diferentes formas de pressão, o motivo mais citado para abortar foi a falta de informação suficiente sobre outras saídas para a gravidez. Esperanza Puente conta como no seu

caso, ninguém lhe falou da existência de associações próvida que oferecem alternativas ao aborto. A única coisa que fizeram, foi darem-lhe o telefone de uma clínica abortiva. Aí, o psicólogo concedeu-lhe somente uns 10 minutos: “Limitou-se a dizer-me que tudo correria muito bem, sem dores, e que as coisas ficariam por aí”.

Violência contra a mulher?

É de perguntar se a falta de informação ou a pressão social que empurra muitas mulheres a abortar constitui um ato de violência. Muitos dos que se escandalizaram, entendem que utilizar a palavra “violência” em referência ao aborto, é equipará-lo com outras realidades muito mais humilhantes para a mulher, como a discriminação laboral ou a “violência de género”.

No entanto, não fica claro qual possa ser o critério que impeça o aborto de fazer parte das violências contra a mulher. Não parece ser a necessidade de que existam maus tratos físicos, visto que nem a discriminação laboral, nem os maus tratos de género cumprem este requisito. Por exemplo, as ameaças verbais são entendidas como formas de violência, e ninguém se escandaliza.

O que significa essa violência ser “estrutural”? O adjetivo pode referir-se à existência de fenómenos sociais – determinados procedimentos médicos, formas de pensamento, chantagens emocionais como se descrevem no relatório – que pela sua extensão e aceitação são de qualificar como estruturais. No caso do aborto, a expressão responde a uma situação real. Nas palavras do ministro, “muitas mulheres veem violentado o seu direito de ser mães pela pressão que geram à sua volta determinadas estruturas, que supostas gravidezes não desejadas as tornam responsáveis únicas por esses conflitos ou por essas situações problemáticas”. Por isso, acrescentou, é “absolutamente insuficiente a proposta de uma legislação que se limite à despenalização do aborto sem remover os obstáculos reais que impedem a mulher do seu direito de ser mãe, abandonando a proteção do concebido”.

Quanto ao aborto ser ou não uma violência “de género” – algo muito importante para alguns –, os dados do relatório da AVA parecem indicar que no caso do aborto, de maneira muito mais demonstrável que noutros, existe um abuso do homem sobre a mulher com origem numa forma de domínio sobre ela, venha essa dominação de onde vier. O problema é que a libertação da mulher dessa posição de domínio masculino choca com outro dos princípios do feminismo radical, o de libertar-se “do jugo da maternidade”. Neste caso, e tendo em conta as reações às palavras de Ruiz-Gallardón, a sobrevivência do princípio parece mais importante que o sofrimento de muitas mulheres de carne e osso.

F.R.-B.